

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE MEDICINA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

CYNTHIA GIRUNDI

**EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA GRADUAÇÃO EM SAÚDE:**  
ESTUDO DE ANÁLISE DOCUMENTAL EM UNIVERSIDADE PÚBLICA DO SUL DO  
BRASIL

Porto Alegre

2024

CYNTHIA GIRUNDI

**EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA GRADUAÇÃO EM SAÚDE:  
ESTUDO DE ANÁLISE DOCUMENTAL EM UNIVERSIDADE PÚBLICA DO SUL DO  
BRASIL**

Trabalho apresentado ao curso de Especialização em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

Porto Alegre

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

Girundi, Cynthia  
EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA GRADUAÇÃO EM SAÚDE:  
ESTUDO DE ANÁLISE DOCUMENTAL EM UNIVERSIDADE PÚBLICA  
DO SUL DO BRASIL / Cynthia Girundi. -- 2024.  
34 f.  
Orientadora: Ramona Fernanda Ceriotti Toassi.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Medicina, Especialização em Saúde Pública, Porto  
Alegre, BR-RS, 2024.

1. Educação Interprofissional. 2. Relações  
Interprofissionais. 3. Aprendizagem Compartilhada. 4.  
Ensino Superior. I. Ceriotti Toassi, Ramona Fernanda,  
orient. II. Título.

## RESUMO

**Introdução:** A Educação Interprofissional (EIP) é uma estratégia educacional que busca a formação colaborativa de profissionais de saúde para promover um cuidado integrado e eficaz. No Brasil, a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) enfatizam a importância da EIP para a formação de profissionais capazes de atuar em equipes interdisciplinares. No entanto, a incorporação da EIP nos cursos de graduação ainda enfrenta desafios, tanto na prática educacional quanto na atenção à saúde. **Objetivo:** Analisar como a EIP é abordada nos projetos pedagógicos de curso (PPC) de graduação em saúde de uma universidade pública do sul do Brasil. **Metodologia:** Pesquisa de abordagem documental. Foram analisados documentos de acesso aberto – os PPC e as DCN dos dez cursos de graduação da saúde da universidade estudada (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional). A análise dos documentos foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, seguindo as etapas de leitura exploratória, pré-análise e análise. Nas etapas de leitura exploratória e pré-análise, foram identificados nos documentos os termos: educação interprofissional; formação interprofissional; interprofissional; interprofissionalidade; colaboração; práticas colaborativas; aprendizagem compartilhada; trabalho em equipe; integração ensino-serviço-comunidade; comunicação interprofissional. **Resultados:** A análise revelou que, somente as DCN de Farmácia, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional mencionam o trabalho em equipe interprofissional. A aplicação efetiva da EIP nos PPC é limitada. A maioria das atividades relacionadas à EIP identificadas estão vinculadas a possibilidade de participação em atividades ofertadas por outros cursos, como disciplinas optativas, eventos, projetos de pesquisa e extensão. Embora o trabalho em equipe seja amplamente reconhecido como essencial em todas as DCN analisadas, a transição para uma prática interprofissional plena ainda está em desenvolvimento. Termos como "multiprofissional" e "interprofissional" são utilizados de maneira inconsistente entre os cursos. Os PPC refletem essa diversidade, com poucos cursos incorporando plenamente a interprofissionalidade e mencionando competências colaborativas, como observado apenas no curso de Odontologia. **Conclusão:** Apesar dos avanços na inclusão da EIP nos PPC dos cursos de saúde, a implementação prática ainda é incipiente e enfrenta desafios conceituais e estruturais. Para que a EIP seja efetivamente incorporada na formação dos profissionais de saúde, é necessário um esforço contínuo de atualização dos PPC e maior integração das atividades de EIP no currículo dos cursos.

**Palavras-chave:** Educação Interprofissional. Relações Interprofissionais. Aprendizagem Compartilhada. Ensino Superior.

## ABSTRACT

**Introduction:** Interprofessional Education (IPE) is an educational strategy aimed at the collaborative training of healthcare professionals to promote integrated and effective care. In Brazil, the implementation of the Brazilian National Health System (SUS) and the National Curricular Guidelines (DCN) emphasize the importance of IPE in the training of professionals capable of working in interdisciplinary teams. However, the incorporation of IPE in undergraduate programs still faces challenges, both in educational practice and in healthcare delivery. **Objective:** To analyze how IPE is addressed in the pedagogical course projects (PPC) of health undergraduate programs at a public university in southern Brazil. **Methodology:** This research uses a documentary approach. Open-access documents were analyzed—specifically, the PPCs and DCNs of the ten health undergraduate programs at the university studied (Physical Education, Nursing, Pharmacy, Physiotherapy, Medicine, Veterinary Medicine, Nutrition, Dentistry, Psychology, and Occupational Therapy). Document analysis was conducted through thematic content analysis, following the steps of exploratory reading, pre-analysis, and analysis. In the exploratory reading and pre-analysis stages, the following terms were identified in the documents: interprofessional education; interprofessional training; interprofessional; interprofessionality; collaboration; collaborative practices; shared learning; teamwork; education-service-community integration; interprofessional communication. **Results:** The analysis revealed that only the DCNs of Pharmacy, Dentistry, Psychology, and Occupational Therapy mention interprofessional teamwork. The effective application of IPE in the PPCs is limited. Most IPE-related activities identified are linked to the possibility of participating in activities offered by other programs, such as elective courses, events, research, and extension projects. Although teamwork is widely recognized as essential in all the DCNs analyzed, the transition to full interprofessional practice is still under development. Terms like "multiprofessional" and "interprofessional" are used inconsistently across programs. The PPCs reflect this diversity, with few programs fully incorporating interprofessionality and mentioning collaborative competencies, as observed only in the Dentistry program. **Conclusion:** Despite progress in the inclusion of IPE in the PPCs of health programs, practical implementation remains incipient and faces conceptual and structural challenges. For IPE to be effectively incorporated into the training of healthcare professionals, a continuous effort to update the PPCs is necessary, along with greater integration of IPE activities into the curricula of these programs.

**Keywords:** Interprofessional Education. Interprofessional Relations. Shared Learning. Higher Education.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	05
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	08
2.1 OBJETIVO GERAL .....	08
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO .....	08
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	09
3.1 EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL COMO DISPOSITIVO PARA A REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL .....	09
3.2 IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA FORMAÇÃO GRADUADA EM SAÚDE NO BRASIL .....	10
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	13
<b>5 RESULTADOS</b> .....	15
<b>6 DISCUSSÃO</b> .....	20
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	26
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Interprofissional (EIP) é um dispositivo educacional que envolve a formação de profissionais de diferentes áreas da saúde para promover uma prática colaborativa e integrada no cuidado ao paciente. Em vez de uma formação separada por núcleos profissionais, a EIP visa criar oportunidades para que estudantes de diferentes profissões de saúde aprendam juntos, compreendam as funções e responsabilidades uns dos outros e desenvolvam habilidades para o trabalho em equipe (Organização Mundial da Saúde, 2010; Reeves *et al.*, 2013).

A EIP atende às necessidades de reorientação da formação e do trabalho em saúde no Brasil, após a criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente no atendimento ao cuidado integral. Nesse cenário, a formação para o trabalho em equipe na área da saúde vem sendo fomentada, especialmente após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em 2001, que foram organizadas a partir de competências (Brasil, 2001). O ensino por competência, de acordo com Zabala e Arnau (2014), surge da necessidade de superar um modelo de ensino geralmente baseado em uma abordagem reducionista e centrada no conteúdo, o que dificulta a aplicação desses conhecimentos na vida cotidiana. Eles definem competência como a capacidade de realizar intervenções eficazes em diversas áreas da vida, por meio de ações que envolvem simultaneamente e de forma inter-relacionada aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais (Zabala; Arnau, 2014).

As DCN estabeleceram, além das competências específicas, competências gerais para as profissões da saúde, como a atenção à saúde, a tomada de decisões, a comunicação, a liderança, a administração e gerenciamento e, por fim, a educação permanente, além de destacar a necessidade do trabalho em equipe multiprofissional (Moreira; Dias, 2015). Nesse mesmo sentido, a EIP prevê o ensino de competências específicas e comuns, mas avança ao propor competências colaborativas (Barr, 1998) para que o trabalho em equipe interprofissional possa ocorrer. Grupos de pesquisadores da área de EIP (Canadian Interprofessional Health Collaborative, 2010; Interprofessional Education Collaborative, 2016) têm se dedicado, nas últimas décadas, a identificar as competências colaborativas que devem ser desenvolvidas por meio da EIP e do trabalho em equipe, visando construir uma prática interprofissional colaborativa. Eles destacaram a comunicação interprofissional, o cuidado centrado no paciente/cliente/comunidade, a clareza de papéis, o

funcionamento da equipe, a liderança colaborativa e a resolução de conflitos interprofissionais.

Chiesa *et al.* (2007), Furlanetto *et al.* (2014), Moreira e Dias (2015) e Costa *et al.* (2018) analisaram o processo de elaboração e implementação das diretrizes curriculares na saúde. Foram destacados progressos significativos, com as iniciativas curriculares buscando o desenvolvimento das competências esperadas nos diferentes cursos de graduação. No entanto, há um caminho desafiador a ser percorrido, uma vez que ainda existem obstáculos na tradução dos pressupostos das DCN para a prática da formação, considerando todo o processo educacional e a abrangência do cuidado integral.

Tais avanços foram realizados no sentido do desenvolvimento de ações que visam à integração das práticas e saberes profissionais tanto no mundo do trabalho quanto na formação. A discussão foi estimulada, no Brasil, pela publicação do documento da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), vinculado à Enfermagem, e pela atualização das DCN para os cursos de graduação em Medicina, em 2014 (Brasil, 2014), enfatizando a necessidade da inclusão da interprofissionalidade. Além disso, em 2017, o Ministério da Educação (MEC), instituições de ensino superior (IES) e a Rede Brasileira de Educação e Trabalho Interprofissional em Saúde (ReBETIS), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), desenvolveram o plano nacional para implementação da EIP no Brasil. A estruturação deste plano começou com uma pesquisa das principais iniciativas educacionais em andamento no país que poderiam incorporar os princípios teóricos e metodológicos da EIP, considerando a estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS) (Freire Filho *et al.*, 2019).

Também em 2017, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) publicou a Portaria nº 569, de 8 de dezembro, aprovando os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação em saúde e destacando a importância do trabalho em equipe interprofissional. Esse documento orienta a construção de projetos pedagógicos de cursos (PPC) que incorporem a formação profissional na perspectiva colaborativa e interprofissional, a fim de preparar profissionais aptos para o cuidado integral. Seguindo esse movimento, outros cursos, como Farmácia, em 2017, e Odontologia, em 2021, atualizaram suas DCN, tendo a interprofissionalidade como norteadora da formação (Brasil, 2017; 2021).

As experiências brasileiras de EIP têm sido estudadas, e os resultados revelam a influência positiva no processo de ensino-aprendizagem na educação superior em saúde e, por conseguinte, na qualidade dos cuidados oferecidos na assistência à saúde (Petermann; Miolo, 2021). No entanto, também foram identificadas barreiras relacionadas a ações não curriculares de caráter optativo, à impregnação da lógica unidisciplinar e à falta de entendimento e apoio da gestão das IES e dos serviços de saúde (Benevides *et al.*, 2023; Sarmiento; França; Magnago, 2022).

Levando em consideração as recentes atualizações das DCN nos cursos da saúde e a complexidade que envolve sua implementação, quando se trata de desenvolver competências para o trabalho em equipe interprofissional, a seguinte questão de pesquisa foi estabelecida: "Como a EIP é abordada nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em saúde de uma universidade pública do sul do Brasil?".

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar como a EIP é abordada nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade pública do sul do Brasil.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar como a EIP é abordada nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da saúde de uma universidade pública do sul do Brasil.

### **2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Comparar o que os projetos pedagógicos e o texto das DCN de cada curso de graduação da saúde investigado dispõem sobre a EIP.
- Identificar atividades de EIP nos currículos de cursos de graduação da saúde na universidade investigada (ensino, pesquisa e extensão).

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL COMO DISPOSITIVO PARA A REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, sendo um marco significativo na história da saúde pública no país (Brasil, 1988; 1990). O SUS foi concebido com o objetivo de garantir o acesso universal, integral e equitativo à saúde, princípios fundamentais do sistema. A criação do SUS representou um avanço importante na democratização do acesso aos serviços de saúde, buscando superar as desigualdades regionais e sociais que caracterizavam o sistema anterior.

No entanto, ao longo do tempo, tornou-se evidente a necessidade de reorientar a formação e o trabalho em saúde para melhor atender às demandas da população e aos desafios contemporâneos (Ceccim; Feuerwerker, 2004). Como destacado por Peduzzi (2021), há uma intrincada relação entre a atenção à saúde e a formação profissional na área da saúde. Essa estreita conexão resulta das práticas profissionais em saúde, que moldam a atenção à saúde, e da necessidade de que a formação dos profissionais incorpore aprendizados em ambientes práticos. Partindo dessa premissa, torna-se evidente a necessidade de modificar as práticas de saúde para influenciar a formação profissional, ao mesmo tempo em que é essencial alterar a formação para impactar positivamente as práticas de saúde.

A reorientação da formação e do trabalho em saúde tornou-se uma pauta crucial para enfrentar as transformações no perfil epidemiológico, a complexidade das demandas assistenciais e a necessidade de uma abordagem mais integral e centrada no paciente. Isso implica rever os currículos dos cursos de saúde, priorizando a interdisciplinaridade, a promoção da saúde e a superação da fragmentação da formação e do cuidado (Frenk *et al.*, 2010).

Nesse sentido, a EIP tem sido disseminada pela OMS e é definida como uma situação na qual “estudantes de duas ou mais profissões aprendem com os outros, sobre os outros e entre si para possibilitar a colaboração eficaz e melhorar a assistência à saúde, a segurança do paciente e a qualidade do cuidado” (Organização Mundial da Saúde, 2010, p. 13). Reeves *et al.* (2013) corroboram essa definição e avançam ao destacar a intencionalidade do caráter interativo entre as profissões.

Assim, não se trata apenas de agrupar diferentes áreas, mas sim de traçar objetivos comuns, reconhecer os diferentes papéis e desenvolver um cuidado integral centrado no paciente, na família e na comunidade.

A EIP, como abordagem pedagógica e estratégia formativa, tem o intuito de preparar os profissionais de diferentes áreas para atuarem em equipes interprofissionais, articulando equipes de diferentes serviços da rede de atenção em uma abordagem integral da saúde, com o objetivo de oferecer serviços de excelência. Isso implica engajar os pacientes, suas famílias, cuidadores e comunidades, visando proporcionar cuidados de alta qualidade em todos os níveis da rede de serviços de saúde, sendo reconhecida como prática interprofissional colaborativa (PIC) (D'Amour *et al.*, 2008; Organização Mundial da Saúde, 2010).

Apesar da crescente disseminação da EIP e da PIC, ainda há poucas iniciativas de implementação de currículos interprofissionais nos cursos de graduação em saúde no Brasil (Viana; Hostins; Beunza, 2021). Por outro lado, o SUS teve sua criação e consolidação “marcada pelo debate sobre integralidade, necessidades sociais e de saúde, com relevantes contribuições para a compreensão do trabalho em saúde. Nesse sentido, a EIP e suas bases teórico-metodológicas complementam e fortalecem as ações do SUS” (Costa, 2016, p. 197). Portanto, é crucial que a EIP seja cada vez mais difundida e implementada.

### 3.2 IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA FORMAÇÃO GRADUADA EM SAÚDE NO BRASIL

Barr e Low (2011) explicam que a introdução da Educação Interprofissional em Saúde (EIP) na graduação deve ocorrer de forma gradual. O objetivo inicial do debate sobre a EIP é promover a aproximação entre os diversos cursos de saúde e compreender suas demandas e interesses. Nem sempre esse estágio inicial resultará diretamente em mudanças no currículo, mas pode estabelecer as bases para futuras alterações efetivas. É fundamental envolver tanto os professores quanto os estudantes nesse processo.

De acordo com Barr (1998), a EIP se dedica ao desenvolvimento de três competências essenciais: competências comuns a todas as profissões, competências específicas de cada área profissional e competências colaborativas. Detalhando essas competências, Batista (2012) as descreve como envolvendo "o respeito às

especificidades de cada profissão, o planejamento participativo, o exercício da tolerância e a negociação, num movimento de redes colaborativas" (p. 26).

Assim, as competências comuns abrangem aspectos compartilhados por todas as profissões, sem necessariamente implicar interação entre áreas distintas. Por outro lado, as competências específicas, também chamadas de complementares, referem-se às habilidades que distinguem as diversas áreas profissionais, sugerindo a ideia de complementaridade, onde o conhecimento de uma área pode ser enriquecido pelo conhecimento de outra. Contudo, para que essa complementaridade se concretize, é imprescindível o desenvolvimento das competências colaborativas. São essas competências que capacitam os profissionais a colaborarem entre si e com os pacientes, famílias e comunidades, além de estabelecerem parcerias efetivas com organizações e instituições (Barr, 1998).

Programas foram implementados pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil, a fim de incentivar a formação para o trabalho em equipe interprofissional com a perspectiva do cuidado integral e equitativo, como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde); o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), nas modalidades Vigilância em Saúde, Redes de Atenção à Saúde, GraduaSUS e Interprofissionalidade; e o Programa de Vivências e Estágios na Realidade do SUS (VER-SUS). Entretanto, por serem programas optativos, a participação dos cursos não é obrigatória e depende do escopo dos editais, o que muitas vezes restringe o número de cursos e estudantes participantes. Além disso, nem sempre as ações dos editais se consolidam em mudanças curriculares permanentes nos cursos de saúde (Benevides *et al.*, 2023). Isso corrobora os resultados apresentados por Costa *et al.* (2023) ao analisarem as experiências de EIP promovidas pelo programa PET-Saúde Interprofissionalidade, que revelam que as atividades, apesar de consolidadas, são oferecidas a um pequeno número de estudantes e limitadas a espaços extracurriculares e não-obrigatórios. Toassi, Meireles e Peduzzi (2021) também concordam com essa afirmação ao apontarem que as iniciativas de formação interprofissional na área da saúde, além de serem recentes, geralmente ficam restritas às atividades extracurriculares.

Tanto o MS quanto o MEC incentivam que ações de reorientação da formação, em caráter mais permanente, sejam efetivadas, por meio de pressupostos, diretrizes e princípios, como os estabelecidos pela Resolução nº 569 de 2017 (Brasil,

2017), a fim de orientar as áreas da saúde na atualização de suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

No que se refere ao trabalho interprofissional, essa Resolução orienta que as DCN devem expressar a formação de profissionais capazes de atuar na integralidade da atenção à saúde, trabalhando efetivamente em equipe de forma colaborativa e interprofissional. Isso implica a interdisciplinaridade, ou seja, a integração de diferentes campos de conhecimento; a interprofissionalidade, que é a intensa interação entre diferentes profissionais; e a intersetorialidade, que envolve diversos setores da sociedade no atendimento das complexas necessidades de saúde. Já em relação aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), a Resolução aponta que devem apresentar estratégias alinhadas aos princípios da interdisciplinaridade, intersetorialidade e interprofissionalidade, uma vez que isso é fundamental para promover mudanças na lógica da formação dos profissionais de saúde e na dinâmica da produção do cuidado em saúde (Brasil, 2017).

Benevides *et al.* (2023), ao analisarem as DCN dos cursos de saúde e os PPC de uma universidade pública no estado do Rio de Janeiro, observaram a inserção da EIP nos PPC de forma pontual e escassa, em atividades vinculadas a projetos de extensão, com destaque para o programa PET-Saúde. Ressaltaram ainda que os PPC descrevem uma formação pautada nos princípios do SUS, mas que ainda não alcançaram plenamente o conceito de interprofissionalidade. Também identificaram uma confusão conceitual entre os termos interprofissionalidade, multiprofissionalidade e interdisciplinaridade.

Percebe-se, assim, um movimento recente de estímulo à reorientação da formação de profissionais da saúde no Brasil, voltada para práticas interprofissionais, que precisa ser acompanhado por mais pesquisas. Estudos como o de Benevides *et al.* (2023) podem ajudar a mapear e diagnosticar como a EIP tem sido implementada nos PPC dos cursos de graduação em saúde no Brasil.

## 4 METODOLOGIA



## 5 RESULTADOS









## 6 DISCUSSÃO











## 7 CONCLUSÃO

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.

BARR, H. Competent to collaborate: towards a competency-based model for interprofessional education. **Journal of Interprofessional Care**, Abingdon, v. 12, n. 2, p. 181-187, July 1998. DOI: <https://doi.org/10.3109/13561829809014104>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/13561829809014104>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BARR, H.; LOW, H. **Principles of interprofessional education**. London: CAIPE, 2011.

BATISTA, N. A. Educação interprofissional em saúde: concepções e práticas. **Cad. Fnepas**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 25-28, jan. 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4298824/mod\\_resource/content/1/educacao\\_interprofissional.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4298824/mod_resource/content/1/educacao_interprofissional.pdf). Acesso em: 5 fev. 2019.

BATISTA, N. A. *et al.* Educação interprofissional na formação em Saúde: a experiência da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, p. 1705-1715, 2018. Supl. 2. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0693>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BENEVIDES, R. *et al.* Educação Interprofissional nos cursos da área da saúde de uma universidade pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 139, p. 905-917, out./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313913>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/b8HZCjT6WNCpkJ9QDDKxvMc/#>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, sec. 1, p. 1, 05 out. 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, sec. 1, p. 18055, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. Parecer nº 583, de 4 de abril de 2001. Estabelece orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, sec. 1, p. 131, 29 out. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Medicina e dá outras providências.

**Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: Brasília, DF, sec. 1, p. 8-11, 23 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. Resolução nº 515, de 07 de outubro de 2016. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: Brasília, DF, sec. 1, p. 61,11 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. Resolução nº 6, de 19 de outubro de 2017. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Farmácia e dá outras providências. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: Brasília, DF, sec. 1, p. 30, 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: Brasília, DF, sec. 1, p. 76-78, 22 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Audiências e Consultas Públicas.**

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15993:audiencias-e-consultas-publicas>. Acesso em: 06 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **CNS busca articulação com CNE na revisão das diretrizes curriculares de cursos da saúde.** Disponível em:

<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2478-cns-busca-articulacao-com-cne-na-revisao-das-diretrizes-curriculares-de-cursos-da-saude>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CANADIAN INTERPROFESSIONAL HEALTH COLLABORATIVE. **A National Interprofessional Competency Framework.** CIHC, 2010. Disponível em:

[http://www.cihc.ca/files/CIHC\\_IPCompetencies\\_Feb1210.pdf](http://www.cihc.ca/files/CIHC_IPCompetencies_Feb1210.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 41-65, jun. 2004. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-73312004000100004> Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/GtNSGFwY4hzh9G9cGgDjqMp>. Acesso em: 12 jan. 2024.

CHIESA, A. M. *et al.* A formação de profissionais da saúde: aprendizagem significativa à luz da promoção da saúde. **Cogitare enfermagem**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 236-240, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v12i2.9829>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/9829>. Acesso em: 12 jan. 2024.

COSTA, M. V. A educação interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 197-198, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807->

57622015.0311Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/icse/2016.v20n56/197-198/pt/#>. Acesso em: 12 jan. 2024.

COSTA, D. A. S. *et al.* Diretrizes curriculares nacionais das profissões da Saúde 2001-2004: análise à luz das teorias de desenvolvimento curricular. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, p. 1183-1195, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0376>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/GZsw79s7SZGBXZ3QNBhNppn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

COSTA, J. B. *et al.* Characterization of interprofessional education experiences in health education at the University of São Paulo. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 57, e20230118, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-023-0118en>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/F7949nyhdQgqDGq9RJwZQJ/?lang=en#>. Acesso em: 12 jan. 2024.

D'AMOUR, D. *et al.* A model and typology of collaboration between professionals in healthcare organizations. **BMC Health Serv. Res.**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 1-14, set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1186/1472-6963-8-188>. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/articles/10.1186/1472-6963-8-188?report=reader>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FREIRE FILHO, J. R. *et al.* Educação Interprofissional nas políticas de reorientação da formação profissional em saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 1, p. 86-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S107>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/8n8Vf9HXr4fZwJ8fHwrVDbg/#>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FRENK, J. *et al.* Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. **The Lancet**, London, v. 376, n. 9756, p. 1923-1958, 2010. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(10\)61854-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(10)61854-5). Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(10\)61854-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(10)61854-5/fulltext). Acesso em: 12 jan. 2024.

FURLANETTO, D. L. C. *et al.* Reflexões sobre as bases conceituais das Diretrizes Curriculares Nacionais em cursos de graduação em saúde. **Comun. Cienc. Saude**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 193-202, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/Reflexoes\\_sobre\\_as\\_bases.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/Reflexoes_sobre_as_bases.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024.

INTERPROFESSIONAL EDUCATION COLLABORATIVE. **Core competencies for interprofessional collaborative practice**: update. Washington, DC: Interprofessional Education Collaborative, 2016. Disponível em: <https://ipec.memberclicks.net/assets/2016-Update.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MICHEL, C.; OLSSON, T. O.; TOASSI, F.R.C. Educação Interprofissional em Saúde: análise bibliométrica da produção científica nacional. **Revista da ABENO**, [s. l.], v.

19, n. 4, p. 78-90, 2019. DOI: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v19i4.781>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MOREIRA, C. O. F.; DIAS, M. S. A. Diretrizes curriculares na saúde e as mudanças nos modelos de saúde e de educação. **ABCS Health Sciences**, Santo André, v. 40, n. 3, p. 300-305, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/abcshs.v40i3.811>. Disponível em: <http://portalnepas.org.br/abcshs/article/view/811>. Acesso em: 9 jan. 2024.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Marco para ação em educação interprofissional e prática colaborativa**. Genebra: OMS, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dahu/pnsp/publicacoes/marco-para-acao-em-educacao-interprofissional-e-pratica-colaborativa-oms.pdf/view>. Acesso em: 18 fev. 2024.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2001.v35n1/103-109/pt>. Acesso em: 27 jul. 2024.

PEDUZZI, M. A educação interprofissional e o trabalho colaborativo no enfrentamento da pandemia da covid-19: trabalhadores e equipes de saúde no contexto de desigualdades. *In*: SOUZA, R. M. P. (org.). **A educação interprofissional e o trabalho colaborativo no enfrentamento da pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz -ENSP-RedEscola, 2021. p. 71-93.

PEDUZZI, M. *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 47, n. 4, p.977-983, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420130000400029>. Acesso em: 27 jul. 2024.

PEDUZZI, M. *et al.* Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. s1, e0024678, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00246>. Acesso em: 27 jul. 2024.

PETERMANN, X. B.; MIOLO, S. B. Educação Interprofissional em Saúde no ensino superior: revisão integrativa sobre a experiência brasileira. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 31, n. 64, e02, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s14608>. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81062021000100101&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062021000100101&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 fev. 2024.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Revista Ideação**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. DOI: <https://doi.org/10.48075/ri.v10i1.4141>. Acesso em: 27 jul. 2024.

REEVES, S. *et al.* Interprofessional education: effects on professional practice and healthcare outcomes (update). **Cochrane Database Syst Rev.**, Hoboken, v. 28, n. 3, eCD002213, Mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1002/14651858.CD002213.pub3>.

Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6513239/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ROSA, O. M. *et al.* Educação Interprofissional em Saúde: elucidando conceitos. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 11, n. 12, e74111234216, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.342161>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/38143476/Analise\\_Documental.pdf](https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf). Acesso em: 9 jan. 2024.

SARMENTO, L. F.; FRANÇA, T.; MAGNAGO, C. Experiências de educação interprofissional no contexto das residências multiprofissionais em saúde: estudo de revisão. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 2, e15711225510, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25510>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25510>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SILVA, R. H. A. da. Educação interprofissional na graduação em saúde: aspectos avaliativos da implantação na Faculdade de Medicina de Marília (Famema). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 159-175, jan. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100011>. Acesso em: 27 jul. 2024.

TOASSI, R. F. C. *et al.* Ensino da graduação em cenários da atenção primária: espaço para aprendizagem interprofissional. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, e0026798, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00267>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/QsJJqQrDcq5cvqtGz4vvhgNb/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2024.

TOASSI, R. F. C.; MEIRELES, E.; PEDUZZI, M. Interprofessional practices and readiness for interprofessional learning among health students and graduates in Rio Grande do Sul, Brazil: a cross-sectional study. **Journal of Interprofessional Care**, Abingdon, v. 35, n. 3, p. 391-399, May 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13561820.2020.1773419>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32552355/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

VERAS, R. M. *et al.* A formação em regime de ciclos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia e a proposta de Educação Interprofissional. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 294-311, jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200002>. Acesso em: 27 jul. 2024.

VIANA, S. B. P.; HOSTINS, R. C. L.; BEUNZA, J. J. Educação interprofissional na graduação em saúde no Brasil: uma revisão qualitativa da literatura. **Revista e-Curriculum**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 817-839, jul./set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i2p817-839>. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762021000200817&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762021000200817&script=sci_arttext). Acesso em: 5 fev. 2024.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Penso, 2014.

## MINI CURRÍCULO

### **Cynthia Girundi da Silva**

Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). É mestre em Ciências da Reabilitação pela mesma instituição (2014), especialista em Docência do Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018) e doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (2023). Atuou, de 2011 a 2014, como terapeuta ocupacional no Hospital Risoleta Tolentino Neves e na Clínica Aperfeiçoar, onde também era gestora e sócia, em Belo Horizonte. Desde 2014, é docente na Universidade Federal de Pelotas. Atua nas áreas de terapia ocupacional, ensino em saúde, educação interprofissional e saúde funcional.